

# Centrão quer decidir Ordem Econômica no plenário

Janio de Freitas

## Silêncio eloquente

O conceito dos ministros do Exército, da Aeronáutica e da Marinha está, até ele, sofrendo os efeitos da CPI da Corrupção, embora não pelo que nela tenha sido dito, mas pelo que os três não têm dito para estimular um clima que favoreça a necessária apuração séria, imparcial e eficaz da corrupção ou de seus correlatos, como os favorecimentos e o tráfico de influência.

A inexistência de levantamentos convencionais, até porque impraticáveis, leva a recorrer a depoimentos de responsabilidade já atestada, nas ocasiões em que convinha aferir a opinião predominante entre militares ou depurar informações sobre fatos de sua área. Estes depoimentos confiáveis indicam, agora, que predomina na oficialidade, e largamente, nitida contrariedade com o silêncio deliberado dos três ministros. Entende esta opinião que, depois de tantos pronunciamentos dos três ministros sobre mandato, regime de governo e outros temas políticos, constitucionais, econômicos e administrativos, seu silêncio sobre o tema da corrupção confundiu-se, e confunde-os, com os que preferem deixá-la encoberta para evitar o risco, ainda que remoto, de que o desgaste do governo os faça usufruir menos um ano de poder.

Ministros militares falam pelos militares. Mas não refletem, necessariamente, a opinião predominante entre os militares. No governo Sarney isto é menos evidente do que o foi no governo Figueiredo, com o então ministro Walter Pires. Mas, se não chega a tal extremo, a irreprodução das opiniões da oficialidade tem demonstrado constância muito lamentada pelos irrepresentados. Neste momento, e já há algum tempo, o ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, brigadeiro Paulo Roberto Camarinho,

tem sido a reprodução mais fiel do que se recolhe nos depoimentos de militares.

No caso da CPI, por exemplo, entende Camarinho que todos os indícios de corrupção devem ser objeto de investigações, estas devem processar-se sem complacência com os cargos ou funções dos investigados e, como se fosse pouco, não há por que serem opostos obstáculos às investigações. O ministro do Estado-Maior já manifestou sua opinião, por mais de uma vez, de público e a jornalistas.

Ao que se pode deduzir desta e de outras atitudes suas, o brigadeiro Camarinho procura situar-se como servidor do Estado brasileiro e não servidor do governo, como se põem, declaradamente, os demais ministros militares, aí incluídos também o do SNI e o do Gabinete Militar. No caso do primeiro, cabe até uma pergunta: afinal, o SNI é um órgão do Estado ou do governo Sarney? Pelas atividades que lhe são atribuídas na criação de obstáculos à CPI, o general Ivan de Souza Mendes só poderia responder com a segunda hipótese.

Um desdobramento inesperado das atividades da CPI da Corrupção é que ela estaria funcionando, no conceito da oficialidade, como elemento algo reabilitador dos parlamentares e do Congresso. A oficialidade não compartilha da tolerância que se identifica, salvo exceções escassíssimas, nos militares em postos de prestígio, com envoltórios sociais e cerimoniais próprios do poder.

O problema da CPI é que o silêncio de poucos pode ser mais eloquente, como amparo real ou aparente à criação de obstáculos às investigações, do que a opinião de todos os demais. Fardados e paisanos.



Os membros do Centrão fazem reunião no gabinete do deputado José Lourenço (BA), líder do PFL na Câmara

## Ulysses afirma que votação do título será mais difícil que a do sistema

Do Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), disse ontem que a filosofia, a doutrina e até a ideologia "criarão mais dificuldades na votação do Título 'Da Ordem Econômica e Financeira' do que quando da definição do sistema de governo e do mandato presidencial. Segundo ele, até agora as votações têm sido como texto referencial as posturas do Centrão. "Destas vez a maioria dos textos diverge do elaborado pela Comissão de Sistematização e pelo Centrão."

Ulysses fez esta avaliação ao deixar o Palácio da Alvorada, ontem de manhã, onde foi cumprimentar o

presidente José Sarney pela passagem do seu aniversário no último domingo. Disse que durante o encontro informou ao presidente sobre o andamento dos trabalhos do Congresso constituinte, além de desejar-lhe "felicidade, saúde e paz".

### "Caixa de surpresa"

Ulysses disse que já foram votados 76% do projeto da nova Constituição neste primeiro turno. Ele não quis fazer nenhuma previsão de quando a nova Carta será concluída. afirmou que o Parlamento é uma "caixa de surpresa". "As vezes vou para o Congresso com o céu azul e de repente vem trovoadas, e da braba. De outras vezes, há prognóstico de tempestade e se resolvem os assuntos com facilidade."

Ele apontou como pontos polêmicos do título da Ordem Econômica a definição de empresa nacional, distribuição de petróleo, mineração e contratos de risco. Sobre estes pontos, segundo ele, não existe um texto comum que oriente a votação.

Ulysses acrescentou que, apesar das dificuldades, está otimista, "porque há sempre a possibilidade de superar os problemas com um texto complementar posterior". Disse que não quer com isso que se entenda que um texto posterior seja "um escapismo". Na sua opinião, a legislação complementar tem mais extensão e mais artigos, nos quais é possível prever várias hipóteses, o que não acontece com o texto constitucional.

Sob o comando de sua ala mais radical, o Centrão desistiu ontem de fechar um acordo com a liderança do PMDB para a votação do Título 'Da Ordem Econômica e Financeira' e decidiu partir para um confronto na votação desta tarde. Nenhum dos coordenadores do Centrão garantiu, entretanto, que o grupo será vitorioso. Estrategicamente, o Centrão quer medir forças antes de qualquer entendimento.

"Acordo só com os raios que os partam", disse o deputado José Lourenço (BA), líder do PFL na Constituinte e um dos "metaleiros" do Centrão (os radicais do grupo). Ao partir para "bater chapa", o grupo pretende aprovar um texto global, que abrange todo o título. Nos títulos anteriores, o PMDB deu apoio para a aprovação do projeto do Centrão e votou, posteriormente, as discordâncias. Agora, o Centrão tem de reunir, sozinho, 280 votos.

### "Racha"

A liderança do PMDB (o grupo do senador Mário Covas) teme que o Centrão passe o rolo compressor. "A direita sabe que não impasse ganha", disse o deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), credenciado pela liderança para negociar o título. Mas aposta nas defecções do Centrão como solução: "O racha deles é maior que o nosso."

O Centrão decidiu "bater chapa" com a liderança do PMDB depois de acenar com a possibilidade de um acordo para a definição do conceito de empresa nacional no final da manhã.

A tarde, comandados pelos coordenadores metaleiros, o Centrão descartou o entendimento: "Se fizermos um acordo sem testar o nosso número, o pessoal vai chiar. Precisamos saber quem está com quem", disse o deputado Afif Domingos (PL-SP).

### Estratégia

Na votação que se inicia hoje, repete-se uma estratégia utilizada quando da votação do conceito de propriedade privada, no primeiro título da nova Constituição. Depois de um acordo fechado, os "metaleiros" forçaram o confronto, perderam e aceitaram uma negociação conduzida pelos "moderados" do grupo.

"A decisão é política", definiu o deputado José Geraldo (PMDB-MG), ao explicar a ideia de partir para a votação depois de quase uma semana de reuniões. Para fechar um acordo o Centrão teria de ceder, ao menos em parte, em suas teses, mas um acordo, antes da votação enfraqueceria o grupo.

Durante a reunião no gabinete de Lourenço, o deputado Delfim Netto (PDS-SP) foi direto neste ponto: "Temos maioria ou não? Se temos, vamos bater chapa. Senão, temos de negociar."

### Negociação

Derrotado, o Centrão voltaria à mesa de negociação disposto a discutir um conceito de empresa nacional proposto pela liderança do PMDB e que já foi aceito em parte pelo grupo. "É aceitável com modificações", disse o senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria.

"É a base de uma negociação futura", afirmou o deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), um dos principais líderes do Centrão. Mesmo com esta disposição de conversar, Luis Eduardo "execera" este texto alternativo. Por esta proposta, há uma distinção clara entre empresa brasileira (sede e administração no país) e empresa brasileira de capital nacional (controle efetivo de pessoas físicas domiciliadas no país ou de entidades de direito público interno).

O mesmo texto cria polêmica ao estabelecer que "nos setores considerados estratégicos para o desenvolvimento tecnológico do país, a lei poderá exigir que o controle se estenda às atividades tecnológicas da empresa" — uma possibilidade para a aprovação de reserva de mercado. "A reserva de mercado não pode ser incluída no texto da Constituição", disse Luis Eduardo, recebendo o apoio de Afif: "É o lobby da informática."

Os negociadores do PMDB, como Távola e Nelson Jobim (PMDB-RS), consideram imprescindível a reserva de mercado para os "setores de ponta". Ambos obtiveram o apoio dos partidos de esquerda para a proposta. Se este texto prevalecer na nova Constituição, os princípios fixados pela Lei de Informática passariam a ser permanentes, podendo ser estendidos para outros setores da economia.

FAZENDA VALE DO SOL RESERVAS ABRIL / MAIO FÉRIADO 13-14-15 Chalés Hotel Fazenda VALE DO SOL SERRA NEGRA 0192-92-3500 SP-257-3955 FÉRIAS - LUA DE MEL FINS DE SEMANA

## OS FUJÕES DA CONSTITUINTE

Estes são os 305 constituintes que não deram quórum à sessão de ontem:

- Adalberto Pereira (PDS-PR), Ademir Andrade (PSB-PA), Adhemar de Barros Filho (PDT-SP), Adrião Streck (PDT-RS), Adílio Neves (PMDB-MG), Aílton Domingos (PL-SP), Alfonso Arinos (PFL-RJ), Agostiz Almeida (PMDB-PE), Ailton Cardozo (PDT-PE), Ailton Sandoval (PMDB-SP), Alarcio Abib (PMDB-PR), Alêrico Cardozo (PFL-AL), Alêrico Filho (PMDB-MA), Alcinor Guarnier (PFL-PR), Alexandre Puzos (PMDB-SC), Alvaro Córdova (PMDB-PA), Alysson Teixeira (PMDB-RJ), Aluzio Bezerra (PMDB-AC), Aluizio Campos (PMDB-PE), Álvaro Antônio (PMDB-MG), Alvaro Pacheco (PFL-PI), Álvaro Valle (PL-RJ), Alysson Paulinelli (PFL-MG), Amaral Netto (PDS-RJ), Aníbal Mourão (PMDB-FR), Angélio Magalhães (PFL-BA), Antero de Barros (PMDB-MT), Antônio Câmara (PMDB-RN), Antônio Carlos Franco (PMDB-SE), Antonio Carlos, Assis Cavalcanti (PFL-SP), Antônio de Jesus (PMDB-GO), Antônio de Farias (PFL-RO), Antonio Ferreira (PFL-AL), Antonio Pereira (PMDB-SP), Antonio Salim Curiani (PDS-SP), Antonio Ueno (PFL-PR), Arnaldo Faria de Sá (PDS-SP), Arnaldo Martins (PMDB-RO), Arnaldo Moraes (PMDB-PA), Arnaldo Prieto (PFL-RS), Arnoldo Figueiredo (PDS-SP), Arivaldo de Oliveira (PFL-RJ), Arthur da Távola (PMDB-RJ), Assis Cavalcanti (PFL-RO), Átila Lira (PFL-PI), Augusto Carvalho (PDS-DF), Álvaro Mello (PMDB-AM), Bastião Viliani (PMDB-PR), Benedito Monteiro (PFL-PA), Benito Gama (PFL-BA), Beth Aziza (PDS-AM), Bezerra de Melo (PMDB-CE), Bockayne Cunha (PDT-RJ), Benedito de Andrade (PDS-MG), Bosco Franco (PMDB-SE), Caio Pompeu (PMDB-SP), Cardoso Alves (PMDB-SP), Carlos Alberto (PFL-RN), Carlos Bezerra (PMDB-CE), Carlos Cardinal (PDS-RS), Carlos Chierelli (PFL-RS), Carlos Cotta (sem partido-MG), Carlos de Corli (PMDB-AM), Carlos Vinagre (PMDB-PA), Carlos Virgílio (PDS-CE), Carri Beneditos (PFL-AM), César Cola Neto (PDS-CE), Chagas Duarte (PFL-RJ), Chico Humberto (PDT-MG), Cid Carvalho (PMDB-BA), Cid Salgado de Carvalho (PMDB-CE), Cleonildo Fonseca (PFL-SE), Cristina Tavares (sem partido-PE), Cunha Buato (PDS-SP), Dalton Cabral (PMDB-MG), Darcy Daitos (PMDB-PR), Davi Alves Silva (PDS-MA), Dênis Braz (PMDB-GO), Dionísio Hage (PFL-PA), Dirceu Carneiro (PMDB-SC), Dividido Survoço (PFL-AL), Edésio Fria (PDT-RJ), Edvaldo Motta (PMDB-PR), Elias Mural (PFL-MG), Elial Rodrigues (PMDB-PA), Eliezer Moreira (PFL-MA), Eraldo Tinoco (PFL-BA), Erica Regorato (PFL-RS), Ervin Benckhoff (sem partido-PR), Ezequiel Nogueira (PFL-CE), Ezequiel Scalet (PMDB-PR), Eunice Michiles (PFL-AM), Eválio Gonçalves (PFL-PR), Ézio Ferreira (PFL-AM), Fábio Rounheims (PFL-RJ), Fausto Fernandes (PMDB-PA), Fausto Rocha (PFL-SP), Felipe Chedid (PMDB-SP), Feres Nader (PDT-RJ), Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), Fernando Gasparian (PMDB-SP), Fernando Gomes (PMDB-BA), Fernando Lyra (sem partido-PE), Fernando Valério (PMDB-PA), Flávio Palmier da Veiga (PMDB-RJ), Flávio Rocha (PFL-RN), Franca Teixeira (PMDB-BA), Francisco Coelho (PFL-AM), Francisco Diógenes (PDS-AC), Francisco Dornelles (PFL-RJ), Francisco Pinto (PMDB-BA), Francisco Rollemberg (PMDB-SE), Francisco Rossi (PFL-SP), Francisco Sales (PMDB-CE), Furtado Leite (PFL-BA), Condi Jamil (PFL-MG), Cândido Berronjine (PMDB-MG), Geovani Amante (PMDB-SC), Geráldo Campos (PMDB-DF), Geraldino Fleming (PMDB-AC), Geráldo Melo (PMDB-PE), Gerson Comato (PMDB-ES), Gerson Marcondes (PMDB-SP), Gidel Dantas (PMDB-CE), Gilson Machado (PFL-PE), Guarnandino Milhomem (PFL-SP), Gustavo de Faria (PMDB-RJ), Harion Gasdella (PMDB-PE), Haroldo Souza (PMDB-MA), Hélio Dutra (PMDB-PR), Hélio Rosa (PMDB-SP), Henrique Edgarda Alves (PMDB-RN), Hildário Broun (PMDB-RS), Ibrá Ferrarino (PFL-RN), Ives Pinheiro (PMDB-MS), Iraci Rodrigues (PMDB-RS), Iram Saraiva (PMDB-GO), Irupuan Castro Júnior (PMDB-GO), Irma Passoni (PFL-SP), Ivo Cerdeira (PMDB-MS), Ivo Vanderlinde (PMDB-SC), João Aze (PFL-BA), Jéssia Formosa (PFL-GO), Jamil Haddad (PDS-RJ), Jessé Freire (PFL-RN), Juvêncio Cavalcanti (PFL-RJ), Jesus Taira (PFL-PI), Joaci Góes (PMDB-BA), João Agripino (PMDB-PR), João Alves (PFL-BA), João Calmon (PMDB-ES), João Carlos

## Para governo, reserva de mercado pode dificultar acordos externos

Do Sucursal de Brasília

O governo federal teme dificuldades na negociação da dívida externa caso o Congresso constituinte venha a aprovar uma definição de empresa nacional e uma política de reserva de mercado que restrinja a possibilidade de aplicação de capitais estrangeiros no país.

Políticos ligados ao Palácio do Planalto lembram que os Estados Unidos já ameaçaram o Brasil com retaliações comerciais devido à política nacional de informática e este confronto poderia se ampliar, de acordo com o grau de "nacionalismo" da nova Carta.

### "Não agiu"

Apesar da preocupação oficial, surge no Congresso a impressão de que a votação da Ordem Econômica repetirá o capítulo da tributação. "O governo falou, mas não agiu", resume o deputado José Geraldo (PMDB-MG), do Centrão, referindo-se à pouca mobilização do Planalto diante das perdas de recursos da União.

Outro parlamentar interessado em evitar um texto que amplie as

restrições ao capital estrangeiro, o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), confirma: "Não vejo movimentação nenhuma do governo."

### Tecnologia

A questão da tecnologia e da definição de empresa nacional são interligadas. O governo preocupa-se com a aprovação de um texto que garanta ao parceiro de uma "joint-venture", por exemplo, ilimitado acesso à tecnologia do lado estrangeiro, desestimulando investimentos externos e causando reações.

"O presidente Sarney defende uma Constituição que não afugente o investimento estrangeiro do nosso desenvolvimento", disse o líder do governo no Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MS), que ontem esteve no Palácio da Alvorada para discutir a votação da Ordem Econômica.

Derzi disse ainda que esta posição do governo não impedirá negociações. "Queremos o consenso", afirmou o líder do governo. "O buraco negro não ajuda ninguém", concluiu.

Saldanha Derzi assegurou também que não haverá interferências governamentais. Uma das ideias apresentadas pelo senador, para

atingir o consenso no plenário do Congresso constituinte, seria remeter à legislação ordinária o conceito de empresa nacional. Ele reconhece, porém, que esta fórmula apenas adia a decisão. "A briga maior ficaria para o Senado e a Câmara dos Deputados", afirmou.

### Mineração

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), também esteve ontem com o presidente Sarney. A saída, disse que, além da definição de empresa nacional, a reforma agrária e a mineração serão polêmicas entre os constituintes.

Segundo Lourenço, o Conselho de Segurança Nacional defende a proposta do Centrão na área mineral. A proposta restringe às empresas nacionais — estatais ou privadas — a mineração em faixa de fronteira e territórios indígenas. Em outras regiões, a atividade é livre.

O texto aprovado pela Comissão de Sistematização e apoiado pela centro-esquerda determina que apenas empresas nacionais poderão explorar o subsolo, em qualquer região do país.

## Moreira Lima afirma que militares analisam propostas

Do Sucursal de Brasília

O ministro da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Octávio Júlio Moreira Lima, disse ontem que os militares ainda não têm uma posição definida sobre as propostas apresentadas no Congresso constituinte para a votação do título "Da Ordem Econômica e Financeira" onde estão em jogo o conceito de empresa nacional, os critérios para a exploração dos recursos minerais e para a reforma agrária, além da intervenção do Estado na economia. "Ainda estamos analisando as propostas. É um assunto muito complexo e por enquanto ainda estamos na fase de definições a serem tomadas por nós a respeito do assunto", afirmou Moreira Lima.

A Folha apurou que os ministros militares estão com a proposta da Comissão de Sistematização, que prevê a exploração das riquezas do subsolo por empresas privadas nacionais, mas com o Estado administrando a partilha. Por tratar-se de um assunto polêmico, existe uma cisão: alguns oficiais-generais estão se posicionando a favor da proposta do Centrão que não deixa claro qual seria o verdadeiro proprietário dos recursos minerais existentes no subsolo do território nacional. Neste caso, o subsolo poderia ser explorado por empresas estrangeiras, ferindo o conceito da segurança nacional.

Os ministros do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, e da Marinha, almirante Henrique Sabaio, estão mais propensos a acatar a decisão de se manter o texto da Comissão de Sistematização. Para eles, conforme apurou a

Folha, essa seria a proposta mais viável porque protege os interesses do país, não permitindo a intromissão de capital estrangeiro numa área da economia considerada ponto de segurança nacional.

### Iniciativa privada

Mas, apesar desse posicionamento dos ministros militares, alguns membros do Conselho de Segurança Nacional (CSN), órgão que regula a competência do Estado e de empresas na exploração do subsolo, acham que o melhor é a União deixar a iniciativa privada tomar conta da economia para que se crie a concorrência no mercado.

A respeito do gerenciamento do Estado na economia, os militares têm um posicionamento bem definido: acham que, aos poucos, o governo deve ir se afastando do setor, pois com isso deixará de ser paternalista. Neste caso, a estratégia seria de se adotar uma grande política de austeridade no setor público, demitindo funcionários ociosos e se privatizando algumas estatais.

A questão ainda não está definida. Existe a possibilidade de que surja alguma outra emenda para que haja consenso dentro de alguns setores governamentais, parlamentares e militares.

### Levantamento

Por enquanto, os assessores parlamentares dos militares vêm fazendo de quais são os deputados e senadores favoráveis à proposta do Centrão e da Sistematização. Esta é a primeira vez que os militares não dão seu total apoio a uma emenda do Centrão.

(Dalton Moreira)